

EDUCAÇÃO

V.10 • N.3 • Publicação Contínua - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p235-249



A INCLUSÃO DIGITAL NO AMAZONAS E O ACESSO DE JOVENS ÀS MÍDIAS SOCIAIS

DIGITAL INCLUSION IN AMAZONAS AND YOUNG
PEOPLE'S ACCESS TO SOCIAL MEDIA

INCLUSIÓN DIGITAL EN AMAZONAS Y ACCESO
JUVENIL A REDES SOCIALES

Wania Ribeiro Fernandes¹

Márcio de Oliveira²

Fernanda Machado Melo³

Jessica Fernandes Baptista⁴

Ana Valéria Machado Mendonça⁵

RESUMO

Este artigo decorre da Pesquisa Nacional finalizada em 2021, intitulada “Comunicação promotora de saúde: estratégias de enfrentamento de epidemias de IST, HIV/AIDS e Hepatites Virais em população jovem”, financiada pelo CNPq no âmbito da contextualização do acesso de jovens nortistas às estratégias de comunicação e informação à saúde. Objetivou discutir a acessibilidade de jovens às tecnologias digitais no estado do Amazonas por meio de metodologia qualitativa de cunho bibliográfico descritivo. Os dados foram coletados em sites institucionais e publicações científicas dos últimos 10 anos que discutiam o desenvolvimento tecnológico no Amazonas. A análise dos dados fundamentou-se teoricamente no conceito foucaultiano de governamentalidade. Os resultados apontam as especificidades geográficas e econômicas amazônicas como determinantes para a precariedade nos serviços de internet e de acessibilidade ofertados. O acesso limitado em municípios do interior, com falhas na transmissão e custo muito elevado, repercutiu no processo de escolarização dos/as jovens e na capacidade de inclusão digital desses sujeitos, afetando seu *status* de visibilidade e importância social.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologia Digital. Acesso. Jovens. Amazonas.

“Este trabalho contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)”.

ABSTRACT

This article stems from the National Research completed in 2021, entitled “Health-promoting communication: strategies for coping with STI, HIV/AIDS and Viral Hepatitis epidemics in a young population”, financed by CNPq in the context of the contextualization of young people’s access to prevention strategies, communication and health information. It aimed to question the accessibility of young people to digital technologies in the state of Amazonas through a qualitative methodology of a descriptive bibliographic nature. Scientific data were published on scientific and scientific websites of the last 10 technological developments in Amazonas. An analysis of the data was theoretically based on the Foucauldian concept of governmentality. The results as geographic specificities and services relevant to the precariousness of internet services and supply. The limited access in the countryside, with transmission failures and very high cost, has repercussions on the schooling process of young people and on the capacity of digital inclusion of these subjects, affecting their visibility status and social importance.

KEYWORDS

Digital Technology. Access. Young people. Amazon.

RESUMEN

Este artículo es resultado de la Investigación Nacional concluida en 2021, titulada “Comunicación promotora de la salud: estrategias para el enfrentamiento de las epidemias de ITS, VIH/SIDA y hepatitis virales en una población joven”, financiada por el CNPq en el marco de contextualización del acceso de los jóvenes del norte a las estrategias de comunicación e información en salud. Tuvo como objetivo discutir la accesibilidad de los jóvenes a las tecnologías digitales en el estado de Amazonas a través de una metodología cualitativa, de carácter bibliográfico descriptivo. Los datos fueron recolectados de sitios web institucionales y publicaciones científicas de los últimos 10 años sobre el desarrollo tecnológico en Amazonas. El análisis de los datos se basó teóricamente en el concepto foucaultiano de gubernamentalidad. Los resultados apuntan a las especificidades geográficas y económicas amazónicas como determinantes de la precariedad de los servicios de internet y accesibilidad ofrecidos. El acceso limitado en municipios del interior, con fallas de transmisión y costos muy altos, repercute en el proceso de escolarización de los jóvenes y en la capacidad de inclusión digital de estos sujetos, afectando su estatus de visibilidad e importancia social.

PALABRAS CLAVE

Tecnología digital; Acceso; Joven; Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo decorre de levantamento para pesquisa nacional em desenvolvimento, intitulada “Comunicação promotora de saúde: estratégias de enfrentamento de epidemias de IST, HIV/AIDS e Hepatites Virais em população jovem”, com financiamento do CNPq² cujo objetivo é avaliar estratégias de comunicação para prevenção de HIV e IST em população jovem nas cinco regiões do país.

As pesquisas que fundamentam esse artigo compõem o repositório da pesquisa nacional no que tange à região norte, contendo levantamento bibliográfico já realizado em *sites* acadêmicos e de órgãos oficiais estaduais e municipais de educação e saúde sobre acesso, desafios e inclusão digital para subsidiar a caracterização do acesso às tecnologias digitais, compreendidas pelo acesso à *internet* e às mídias sociais, por jovens no estado do Amazonas, considerando as informações já disponibilizadas.

Nesse sentido, foi realizado um recorte sobre as publicações já desenvolvidas e publicadas sobre o acesso à *internet* e mídias na região norte, mais especificamente no Amazonas, dos últimos 10 anos. A caracterização deste cenário embasará a pesquisa nacional no que se refere à contextualização do acesso de jovens às estratégias de comunicação e informação sobre prevenção e promoção da saúde para IST, HIV/AIDS e Hepatites Virais, como também às discussões sobre a adesão desse grupo populacional às campanhas do Ministério da Saúde (MS).

A conectividade e a possibilidade de estar conectado/a tornou-se necessário para acompanhar as exigências do mundo contemporâneo cada vez mais digital. Todavia, o acesso à *internet* ainda se configura em um grande desafio em um país como o Brasil cuja dimensão continental propicia uma grande diversidade geográfica e cultural, mas sobretudo social e educacional e, por conseguinte de desenvolvimento tecnológico. Na atualidade, com advento da Covid-19, acentuou-se mais ainda a necessidade da *internet* como ferramenta de conexão indispensável para trabalho, estudos, acesso à informação, serviços, lazer e todas as possíveis formas de interrelação com o mundo.

Segundo o *site* Organização das Nações Unidas – ONU News³ em 2019 já existiam 4,1 bilhões de pessoas utilizando a rede, o que representava 53,6% da população mundial. Mas, um estudo, realizado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), já indicava que 3,6 bilhões de pessoas ainda estavam excluídas da comunicação *on-line*.

No Brasil, o número de pessoas que acessam à *internet*, segundo a Agência Brasil (2020) é de 134 milhões, ou seja, três a cada quatro pessoas têm acesso à *internet*, porém, apesar de que a quan-

2 Coordenação Geral da Profa. Dra. Ana Valéria Machado Mendonça da Faculdade de Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília.

3 <http://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>

tidade de acessos tenha aumentado, ainda permanecem grandes as diferenças quando se analisa regiões, gênero, renda e etnia. Na região Norte, por exemplo, em 2019 chegava a 36% o número de domicílios sem nenhum tipo de acesso à *internet*, segundo pesquisa TIC Domicílios realizada pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Caracterizar o acesso à *internet* e mídias pelos/as jovens da região Norte, mais especificamente do Amazonas se faz necessário não só para identificar as necessidades e fragilidades de conexão que envolvem esta região em relação a sua geografia, como também para auxiliar na elaboração de estratégias de comunicação, informação e educação em saúde dirigidas para prevenção e promoção da saúde da população e desenvolvidas pelos órgãos federais, estaduais ou municipais de saúde.

Tal processo de caracterização envolve também identificar estratégias e discursos políticos utilizados para fomentar abordagens e investimentos regionais. Nesse sentido, usar a governamentalidade⁴ como ferramenta conceitual implica em problematizar os relatos aceitos e naturalizados do Estado. A analítica da governamentalidade examina as práticas de governo em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política. Portanto, o papel da analítica de governo é o de diagnóstico; para designar todo o conjunto de ações de poder que objetivam “[...] estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A discussão que se traz, mesmo que de forma breve e resumida, introduz a relação entre governamentalidade e inclusão digital, que pode ser entendida como uma estratégia de governo. O conceito de biopolítica⁵ introduzido por Foucault (2008) inaugurou novos olhares para os mecanismos de intervenção do poder com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade. Pode-se então dizer que é um poder que atua no corpo social massivamente, gerenciando a ordem pública, diminuindo os riscos sociais decorrentes de fatores e elementos presentes na vida social como fome, desemprego, doença, deficiência ou segurança e aumentando a intervenção para intensificação da vida.

Na era das tecnologias de rede, os sujeitos incluídos digitalmente exercem o governo dos outros, ou influenciam outros exercendo sua cidadania por meio de recursos digitais de comunicação, por meio das redes sociais. Tais estratégias fazem parte dessa governamentalidade, conforme instituído pela política de governo digital, cujos eixos de ação consideram a educação em todos os espaços, conexão em rede e disponibilidade para acessar e ser acessado. Nesse sentido, estar incluído digitalmente significa não só a materialização de práticas políticas que reduzem distâncias, ampliam a noção de interrelação e garantem informação de qualidade, mas também inserem o sujeito em uma rede de poder, considerando que, “[...] viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que

4 Foucault utiliza o termo para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar em geral definido como o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança (CASTRO, 2008, p. 190)

5 Há que entender por biopolítica a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça.

seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros”, pois uma sociedade sem relações de poder, “[...] é uma abstração” (FOUCAULT, 1995, p. 246).

Para avançarmos nessa discussão o presente manuscrito está dividido em três seções, a saber: em um primeiro momento será exposto o método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa; em um segundo momento se discutirá acerca das especificidades do Estado do Amazonas e os desafios para a Inclusão Digital; por fim, será traçado algumas perspectivas sobre o acesso de jovens à *internet* e mídias sociais.

2 MÉTODO

Esta pesquisa de caráter qualitativo foi articulada de maneira bibliográfica e descritiva. A opção por aquela se deu pelo fato de defendemos que “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 45), o que nos dá parâmetro para a busca de inúmeros materiais – dentre livros, capítulos de livros, artigos de periódicos etc. – a fim de levantar os aspectos teóricos já publicizados sobre o tema.

Junto a isso, a escolha pela pesquisa descritiva segundo Vergara (1998), possibilita expor características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Assim, busca-se descrever essa realidade acerca do acesso à *internet* por jovens do estado do Amazonas, a partir dos dados obtidos em publicações oficiais.

A partir do exposto, recolhemos informações dos últimos 10 anos, em fontes fidedignas, sobre a distribuição e acesso à *internet* no estado do Amazonas a fim de identificar suas especificidades como quantidade de municípios no estado que possuem acesso à *internet*, tipos de restrição a acesso e quando possível a qualidade do serviço disponibilizado. Os dados foram coletados a partir de publicações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – IBGE); de pesquisa anual desenvolvida pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EASP-FGV) e artigos científicos disponibilizados em *sites* como Scielo e Google Acadêmico, além de publicações em repositórios de jornais do Amazonas. Como parâmetros de busca foram utilizados os seguintes termos: Tecnologia digital; acesso à internet no Amazonas; Tecnologia e juventude. Os dados foram coletados no período de junho a agosto de 2020.

A análise dos dados visou caracterizar qualitativamente o serviço de *internet* disponível no Amazonas fundamentando-se teoricamente na racionalidade foucaultiana cuja ideia de governamentalidade admite que os discursos contemporâneos podem ser analisados como “acontecimentos” a fim de se estabeleça as relações que tais acontecimentos discursivos mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico ou ao campo político, ou as instituições (FOUCAULT, 2006).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AS ESPECIFICIDADES DO ESTADO DO AMAZONAS E OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

O Amazonas é um dos sete estados da região norte do Brasil, sendo o mais extenso das unidades federativas do país com território de 1.559.167,889 quilômetros quadrados. O Estado possui 62 municípios e, segundo o Censo de 2010 possuía uma população de 3.483.985 habitantes, sendo 2.755.490 vivendo em área urbana e 728.495 em área rural e uma densidade de 2,23 hab/km². Hoje, o IBGE estima que o estado possua 4.207.714 habitantes, sendo a capital, Manaus, a cidade mais populosa da região norte (IBGE CIDADES, 2020).

Grande parte do território do estado (98%) é coberto pela maior floresta tropical do planeta e por rios, assim os principais acessos a região ocorrem por via fluvial ou aérea. O estado é banhado pela maior bacia hidrográfica do mundo, a bacia Amazônica, com aproximadamente quatro milhões de quilômetros quadrados em extensão. O principal de seus rios, o Amazonas, possui 7.025 quilômetros de extensão desde sua nascente no Peru até sua foz no Oceano Atlântico. Tais peculiaridades geográficas naturais têm acarretado ao Estado problemas históricos quanto à sua integração aos demais Estados da Federação e ao mundo. Integrar ou conectar o estado do Amazonas ao mundo virtual demanda investimentos estruturais tecnológicos e educacionais de grande monta (AMAZONAS, 2020).

Quando se fala dos desafios ou fatores dificultadores para a inclusão digital ou de acesso à *internet* no Amazonas, a característica geográfica do estado ganha relevância. Dos 62 municípios do estado apenas 15 contam com acesso à *internet* via satélite. O investimento para estruturar uma cidade com rede *web* é alto e grande parte da população do interior do Amazonas vive da economia de subsistência, não possuindo, portanto, condições financeiras para arcar com os custos do serviço de *internet*. Para que se possa ter noção do quão significativas são as distâncias no estado, Simas e Lima em estudo de 2013 informam que o percurso da capital Manaus para o município de Lábrea via fluvial são de 7.495 km. Se compararmos essa é quase a mesma distância que separa o estado do Rio de Janeiro da capital de Portugal, Lisboa, que perfaz 7.711 km.

Essa dificuldade de interação fortalecida pelas distâncias físicas, prejudica o acesso à informação e a inserção ao mundo globalizado, incluindo a conexão ao mundo virtual. Tucci, Albuquerque e Brito (2016, p. 149) apontam que “[...] a fibra ótica sequer chega a cobrir parte do Amazonas que, de longe, é o estado brasileiro com maior superfície e que carece desse serviço”.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os resultados de 2016 a 2018 mostraram que a utilização da *internet* nos domicílios brasileiros estava em contínuo e expressivo crescimento e que foi mais acelerado em área rural. No Amazonas, em 2016, 68,2% da população usou a *internet* para enviar ou receber *e-mails* e em 2018 este percentual subiu para 70,9%. Já para as conversas por chamadas de voz ou vídeo, a pesquisa aponta que em 2016, 63,9% dos/as amazonenses utilizaram este recurso, e em 2018 esse percentual é de 83,8%. Referente a conteúdo de entretenimento e informação como assistir vídeos, programas, séries e filmes, o percentual em 2016 foi de 63,3% de amazonenses que usaram a *internet* para esses fins, já em 2018, o percentual subiu

para 80,6% (IBGE, 2018)

Ainda, de acordo com o PNAD, 75,6% dos domicílios possuíam acesso à *internet* em 2018, todavia, ao contrário do restante das regiões do Brasil, na Região Norte, o segundo motivo mais indicado (95,4%) para a falta do acesso à *internet* em domicílio, estava na indisponibilidade do serviço, que abrangeu 25,1% dos domicílios em que o serviço não era utilizado (IBGE, 2018).

Portanto, a dificuldade em disponibilidade da contratação do serviço, é fator preponderante quando se analisa a questão do acesso no Amazonas. A *internet* que é feita por cabeamento ou fibra ótica só ocorre na capital (Manaus) e nos interiores só chega via rádio e satélite devido a geografia e distâncias. Alguns municípios do interior do estado como Coari, Manacapuru, Novo Airão e Tabatinga já possuem infraestrutura necessária para a oferta de serviços com banda larga 3G no entanto, a conexão em geral é lenta e se dá com falhas, com uma qualidade muito ruim.

No entanto, apesar da precariedade de oferta e acesso da população à internet na região o estado do Amazonas possui um avançado sistema de monitoramento ambiental, por intermédio de satélites, realizado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), que por meio da Gerência de Geoprocessamento realiza a análise ambiental com o objetivo de produzir informações georeferenciadas, de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental. A aplicação das imagens de satélite é hoje um recurso praticamente indispensável para as pesquisas e análises dos recursos naturais, de estudos ambientais, para mapear e gerar de forma rápida e precisa informações atualizadas sobre o manejo dos recursos naturais.

O projeto realizado pelo exército brasileiro denominado “Amazônia Conectada” instituído desde 2014, vem montando uma rede de fibras subfluviais visando ligar a capital do estado, Manaus, até as cidades de Novo Airão e Coari, distantes 193 e 363 Km respectivamente da capital. Tal projeto vem sendo utilizado pelo governo no sentido de ofertar o Programa Telessaúde que possibilita a realização de teleconsultas e telediagnósticos, por meio de parceria com médicos do Hospital Israelita em São Paulo, beneficiando 28 municípios do Amazonas.

Todavia, 34 municípios continuam excluídos desse processo. O problema apontado para a exclusão digital no interior do Amazonas é o alto custo de tais estratégias de conexão, via fibra, que dificulta o acesso da população em geral. Os planos mais baratos, com 100h de *internet* e conexão de 125 Kbps tem um valor em torno de R\$100,00 mensais podendo chegar a R\$1000,00 reais mensais os planos de 200 horas e 700 kbps (BRASIL, 2020; TECMUNDO, 2017).

Tais informações evidenciam que existe a possibilidade de oferta e distribuição de sinal por meio de satélite, já instalados e cabeamento por fibra. Entretanto, a precariedade do serviço de *internet* disponível no estado amazonense, e a questão da exclusão de tecnologia digital no Amazonas pode ser associada a problemas não só de ordem geográfica, mas, sobretudo, econômica e política, na medida em que as estratégias de governamentalidade digital têm como pressuposto criar condições para que os sujeitos não só tenham acesso às tecnologias, mas que também as utilizem para melhorar sua formação educacional, suas competências profissionais, tornando-se mais desenvolvidos em relação aos aspectos sociais, culturais, educacionais, relacionais, além de poderem exercer o papel de cidadãos/cidadãs participantes da vida em sociedade, de maneira conectada.

Vale ressaltar que o acesso à rede virtual pode, inclusive, melhorar a saúde das pessoas, de modo que, conforme apontam Moretti, Oliveira e Silva (2012, p. 656), a relação entre profissionais da saúde e internautas para obtenção de informações sobre saúde “[...] tenderá a se intensificar nos próximos anos, com a crescente massificação do uso da *internet*” e essa “[...] pode ser uma importante estratégia no sentido de promover a saúde pública dos internautas”. Quando uma pessoa tem acesso rápido, atualizado e simplificado a informação de qualidade, conforme o possibilitado pelas redes virtuais e por Programas como o Telessaúde, o cidadão/ã pode melhorar a sua qualidade de vida e de quem está ao seu redor, portanto, mais uma vez, destacamos a importância do acesso à *internet*, para que iniciativas como essas possam ser – cada vez mais – comuns a todos e todas.

Se os fatores econômicos e educacionais incidem diretamente no acesso ao meio digital a formulação de políticas públicas deve abarcar “[...] não apenas uma decisão de investimento em bens materiais (compra de equipamentos, ampliação de linhas telefônicas etc.), mas também uma contínua melhoria das condições do ensino básico”; conforme já alertavam Mattos e Chagas (2008, p. 89), destacando que a educação escolar deve fornecer aos/às alunos/as “[...] capacidade cognitiva para compreender e processar as informações e símbolos disponibilizados pelo acesso dessas pessoas à Internet”, possibilitando, dessa forma, que os grupos mais vulneráveis da sociedade obtenham capacidade de explorar o meio digital, fazendo uso do mesmo. E será sobre esse acesso que vamos debater na próxima seção.

3.2 O ACESSO DE JOVENS À INTERNETE MÍDIAS SOCIAIS: AVANÇOS E LIMITES

Podemos inferir que abordar do uso das Tecnologias Digitais para a atual geração é o mesmo que falar de *internet*, considerando que os dados de pesquisa sobre uso de TI no Brasil divulgados anualmente pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁶ já apontava já em seu 29º relatório para a existência de mais smartphones ativos (220 milhões) no país do que o número de habitantes - 207, 6 milhões (IBGE, 2010). Quando se considera todos os dispositivos móveis como notebook e tablets a FGV prospecta-se que ainda no primeiro semestre de 2022 haverá 306 milhões de aparelhos portáteis em uso no país.

O grande objeto de desejo dos/as jovens e da população de forma geral é poder acessar e consumir informação atualizada ou colocar-se em evidência por meio das redes sociais. No âmbito educacional, a *internet* é considerada uma “emergência” considerando a sociedade hiperconectada na qual estamos inseridos/as para que seja possível atualizar-se em tempo “real” tornando-se imprescindível após o advento da Covid-19.

Há muito que o uso das tecnologias de rede trouxe consigo uma mudança de hábito na forma como os/as jovens se relacionam, buscam conhecimento, se divertem e acessam serviços. Segundo Casero-Ripollés (2012), os/as jovens do século XXI são considerados/as “nativos/as digitais”, pois já nasceram em um mundo imerso em redes sendo eles/as pioneiros/as na assimilação de inovações tecnológicas.

O relatório digital de 2019 do organismo não governamental intitulado “*We Are Social*” já indicava que o Brasil ocupava o segundo lugar no ranking mundial de tempo gasto em espaços virtuais, com uma

6 29ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas. Disponível em: <https://easp.fgv.br/producao-intelectual/pesquisa-anual-uso-ti>.

média diária de uso de 3:34h online em redes sociais, perdendo somente para Filipinas e com tendência a crescimento. No último ano, o relatório registrou um aumento de 10 milhões de novos/as usuários/as brasileiros/as em redes sociais, o que significa 8% a mais de usuários/as em relação ao período anterior.

E, corroborando com o relatório citado acima, a pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), em 2018, o *Facebook* aparecia em segundo lugar como a rede social mais acessada e o *Instagram*, *e-mail* e *YouTube* eram citados por cerca de um quinto dos/as entrevistados/as. Aproximadamente um/a em cada dez respondentes utilizavam o *Messenger*, mesma proporção dos/as que acessavam o *Google*. Outras redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas eram acessadas por menos de um décimo dos/as entrevistados/as e dois/duas em cada dez respondentes não utilizavam nenhuma rede social. Conforme a pesquisa, o que mais interessa aos/às usuários/as da rede são os conteúdos sobre entretenimento. Os/As usuários/as de *e-mail* e os/as do *Google+* se dividem entre as informações sobre entretenimento (dois quintos) e Educação (um quinto) (SECOM, 2018).

Importante destacar que em 2019 o *YouTube* passou o *Facebook* em acessos tornando-se a rede social mais utilizada pelos/as brasileiros/as. O *YouTube* é a principal rede social de vídeos on-line da atualidade, com mais de 1 bilhão de usuários/as ativos/as, o que significa dizer que 95% dos/as internautas estão presentes nesta plataforma.

Entre os/as brasileiros/as, o aplicativo *WhatsApp* se apresenta como o meio mais popular para compartilhamento de informações e mensagens instantâneas em conversas pessoais ou grupos, o que faz com que o aplicativo seja considerado uma rede social. Para muitos/as, principalmente no norte do país, o *WhatsApp* é o sinônimo de “*internet*” visto que algumas operadoras de celular permitem o uso ilimitado do aplicativo sem debitar do consumo de pacote de dados. Já o *Instagram*, apesar de ter sido uma das primeiras redes sociais exclusivas para acesso por meio de celular, tem seu uso mais limitado em alguns municípios da região norte devido à qualidade do sinal de *internet* ofertado (WE ARE SOCIAL, 2019).

Se o acesso à *internet* para os fins de estudo, trabalho, diversão, informação, interrelação e serviços veio se constituindo em estratégia necessária na vida das pessoas no século XXI, o advento da Covid-19 descortinou as iniquidades de acesso à tecnologia de rede no Brasil. O isolamento social imposto e necessário não impediu o avanço no número de infectados no país que já ultrapassa a casa dos milhões e com 142.058 óbitos (em 28/09/2020) (CORONAVÍRUS BRASIL, 2020) devido ao coronavírus, e diante de tal cenário estar conectado/a para acesso a serviços diversos e principalmente para trabalho e estudo tornou-se imprescindível.

Na região norte, o cenário pandêmico, para além das questões sociais expôs as desigualdades e as fragilidades de acesso à *internet* revelando-se a região com menor penetração de tecnologias digitais. Tal realidade fez-se mais contundente no âmbito educacional. Já em 2018, dados do PNAD - Contínua apontava que o principal motivo para a falta do acesso à *internet* em domicílio na região norte decorria da indisponibilidade do serviço, que abrangia 25,1% das residências em que a rede virtual não era utilizada (IBGE, 2018). Essa falta de infraestrutura de telecomunicação é responsável pelo abismo que se instala para o desenvolvimento digital regional.

Em 2020, uma série de três pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha investigou, o comportamento de estudos dos/as alunos/as da rede pública municipal e estadual no Brasil após o fechamento das escolas devido à pandemia. Segundo a Fundação Lemann, os resultados apontam que 74% dos/as estudantes da rede pública acessam alguma atividade pedagógica em casa, porém na região norte esse percentual cai para 52%. A pesquisa ainda aponta que apenas 37% dos/as estudantes da região norte declaram possuir *internet* (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020).

O uso de recursos midiáticos e instrumentos tecnológicos favoreceria o rompimento da exclusão dos/as jovens amazonenses do processo de escolarização, considerando que as distâncias a serem percorridas pelos/as estudantes e professores/as presenciais até a localização das escolas no Amazonas são muito grandes e de difícil acesso. Na capital amazonense, o Centro de Mídias, por exemplo, consegue atingir jovens que vivem em áreas rurais ao utilizar a televisão para a transmissão de vídeo aulas, para alunos/as que não possuem *internet*.

O Centro possui, desde 2018, sete estúdios de televisão, por onde são ministradas aulas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 1º ao 3º ano do Ensino Médio e para as 2ª, 3ª e 4ª fase do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As aulas, acontecem por meio do sistema de IPTV (*Internet por Televisão*), com interatividade de som e imagens, tendo a presença de professores/as, tanto no estúdio, quanto na sala de aula, realizando o intermédio da aprendizagem. Facilitando o acesso à educação e permitindo aos/às jovens que permaneçam em seus municípios de origem (SILVA, 2015).

No que tange o Ensino Superior, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), juntamente com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) coordenam o processo de criação e execução do curso Licenciatura em Pedagogia do Campo, que é realizado na comunidade do Bauana, distante três horas de barco do município de Carauari (a 788 quilômetros de Manaus), onde há duas unidades de conservação. No total, 50 ribeirinhos/as de diversas comunidades da região do Médio Rio Juruá participam do projeto, evitando assim que tenham que se deslocar para a capital Manaus em busca Ensino Superior.

Os/As alunos/as têm em média 18 a 32 anos e trabalham com extrativismo, agricultura, pesca e outras atividades. Eles/as são oriundos/as de diversas comunidades, algumas a mais de cinco horas de distância, via fluvial, do Bauana, e ficam alojados/as aproximadamente três meses estudando na base. Tal projeto recebe apoio por meio de convênio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa Universidade Aberta do Brasil. O curso tem 20% da sua carga horária mediado por tecnologia e o acesso à sala de aula virtual é realizado por meio do Laboratório de Informática, sem a necessidade de conexão ininterrupta com a *internet* (FAS, 2020).

Apesar de pesquisas evidenciem o aumento no uso da *internet* e mídias sociais no estado do Amazonas, o acesso ainda é precário, com falhas e custos muito elevados para os serviços, seja de fibra ótica, cabeamento ou 4G. Em matéria veiculada no jornal A Crítica (2020), operadoras de telefonia afirmam que as queimadas estão impactando diretamente na estabilidade a transmissão da rede elétrica e de fibra em Manaus. Portanto, os fatores climáticos e a falta de políticas de preservação ambiental sustentável também influenciam na qualidade da conectividade dos/as usuários/as do serviço de *internet* no Amazonas.

Nesse sentido, vale lembrar que na governamentalidade digital a inclusão dos sujeitos precisa ser produtiva. Tal conceito, destacado por Lockmann (2013, p. 152), aponta que a inclusão produtiva necessita de “[...] um investimento constante do e no sujeito, justamente por ser ele próprio o responsável por se incluir nos jogos de mercado e por permanecer incluído”. O que significa dizer que cabe ao próprio sujeito, na sociedade neoliberal tecnológica, investir e fazer de si mesmo alguém interessante, útil, cujo capital pessoal possa ser desejado e consumido no mundo virtual e empresarial. Esse aspecto se torna um complicador junto ao desenvolvimento social, pois a partir desse discurso, muitas vezes, o poder público acaba se eximindo de suas responsabilidades, responsabilizando os sujeitos por seu “não-desenvolvimento”.

É importante destacar que a exclusão digital já era apontada como uma das interfaces da exclusão social desde o início do século XXI. Cruz (2004, p. 13) alertava que em um “[...] momento em que empresas e governos migram informações e serviços para os meios eletrônicos, o excluído digital passa a ter dificuldade de conhecer e exercer seus direitos de cidadão”. Assim, é fundamental que a sociedade – como um todo – se organize a favor da democratização do acesso à *internet*, como auxílio para se fazer valer os direitos sociais da população, de modo que não fiquem à mercê da falta de conhecimento e informação.

4 CONCLUSÃO

Se a constituição dos sujeitos, na lógica da governamentalidade neoliberal está direcionada para que se promova neles o entendimento de que é necessário investir constantemente em si mesmo, no autoaperfeiçoamento, em que a ideia de aprendiz permanente se institua e conduza a conduta das pessoas, tal noção reforça a ideia de importância e o desejo pela *internet*, pela conexão em rede, pelo acesso e pela acessibilidade – no sentido de “condição”.

A acessibilidade digital significa disponibilidade para acessar e ser acessado, sendo para a atual geração, a mais importante condição a ser alcançada para participar das formas digitais de se relacionar, consumir, comunicar, estudar, empreender e ter informação. Assim, a inclusão digital funciona como uma estratégia de governamentalidade onde os sujeitos, cada vez mais, desenvolvem e aprendem formas de viver e de se comportar requeridas na contemporaneidade e, na visão do Estado, a exclusão digital reduz não só a capacidade dos sujeitos de se beneficiarem do “progresso do país”, mas também de “contribuírem para sua construção”. O que significa dizer que os/as cidadãos/cidadãs “fora da Matrix” ganham o *status* de “invisíveis” na cadeia produtiva, na geração de riqueza do país e, consequentemente na sua importância social.

Assim, considerando que, o principal caminho para redução do isolamento social e melhoria no desenvolvimento e capacitação de jovens do estado do Amazonas e da região norte é ampliar a inclusão digital; considerando, também, que a Internet tem sido cada vez mais a ferramenta utilizada pelo Estado para prestação de seus serviços educacionais, de saúde, jurídicos e sociais o investimento público para afiançar o acesso à tecnologia digital da população nortista torna-se elemento fundamental para garantir a inclusão digital e social desse contingente de cidadãos/cidadãs.

O Estado já possui a infraestrutura do exército e o programa “Amazônia Conectada” desde 2014, necessário se faz, acima de tudo, promover a interiorização de execução das ações dirigidas para infraestrutura de conexão nos melhorando amplitude, qualidade, distribuição de sinal de internet com custos viáveis a esse grupo populacional. Afinal, será sempre preciso para realização plena e materialização das políticas públicas – que precisa ensinar e convencer – incluir todos os sujeitos, todos os corpos em sua rede de acesso.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa.** 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ecb.com.br/geral//noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 3 ago. 2020.

A CRÍTICA. **Tim afirma que queimadas estão afetando sinal de internet no Amazonas.** 2020. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/governo/news/tim-afirma-que-queimadas-estao-afetando-sinal-de-internet-no-amazonas>. Acesso em: 24 set. 2020.

AMAZONAS. Portal do Governo do Estado do Amazonas. **Dados demográficos do Amazonas.** Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>. Acesso em: 17 set. 2020.

AMAZONAS. **Instituto de Proteção do Amazonas.** 2022. Disponível em: <http://www.ipaam.am.gov.br/geoprocessamento-ggeo>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Programa de Inclusão Digital na Região Amazônica.** Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-das-comunicacoes-lanca-programa-de-inclusao-digital-na-regiao-amazonica>. Acesso em: 18 set. 2020.

CASERO-RIPOLLÉS, A. Beyond newspapers: News consumption among young people in the digital era. [Más allá de los diarios: el consumo de noticias de los jóvenes en la era digital]. **Comunicar**, n. 39, p. 151-158. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272700250_Beyond_Newspapers_News_Consumption_among_Young_People_in_the_Digital_Era. Acesso em: 20 set. 2020.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2020.

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

FAZ – Fundação Amazonas Sustentável. **Jovens ribeirinhos da Amazônia realizam o sonho da graduação sem sair da floresta**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2020. Disponível em: <https://fas-amazonas.org/jovens-ribeirinhos-da-amazonia-realizam-o-sonho-da-graduacao-sem-sair-da-floresta/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. Michel. Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 244-246.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Acesso às atividades escolares não presenciais aumenta na rede pública, mas 77% dos estudantes se sentem tristes, ansiosos, irritados ou sobrecarregados na pandemia, mostra pesquisa Datafolha**. 2020. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/97r65vVy55x1aZyOUpGhklaAyxYBwtqXTgh5mlb7.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Pesquisa anual do uso de TI**. 2019. Disponível em: <https://easp.fgv.br/producao-intelectual/pesquisa-anual-uso-ti>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 16 set. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio continua – PNAD Contínua**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LOCKMANN, K. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias de governamentalidade neoliberal**. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte/MG, v. 13, n. 1, p. 67-94, jan./abr. 2008.

MORETTI, Felipe Azevedo; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; SILVA, Edina Mariko Koga da. Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública? **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v. 58, n. 6, p. 650-658, 2012.

ONU NEWS. **Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero.** 2019. Disponível em: <http://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>. Acesso em: 2 ago. 2020.

SECOM. **Relatório final pesquisa telefônica** - redes sociais (FEV 18). Secretaria Especial de Comunicação Social, 2018. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/relatorio-final-pesquisa-telefonica-redes-sociais-fev-18/view>. Acesso em: 24 set 2020.

SILVA, J.A e. **Educação de jovens e adultos mediada por tecnologia:** uma prática inovadora no Estado do Amazonas. 2015. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/download/30/10>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SIMAS, D. C. S; LIMA, J. S. Desafios da inclusão digital no interior do Amazonas e a internet como ferramenta de redução das desigualdades sociais e regionais. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, 2, 2013. **Anais [...]**, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/6-9.pdf> . Acesso em: 27 ago. 2020.

TECMUNDO. **Amazônia Conectada, com 8 mil km de cabos ópticos, está quase pronta.** 12 abr. 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/115790-amazonia-conectada-8-mil-km-cabos-opticos-pronta.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2020

TUCCI, C. A. F.; ALBUQUERQUE, G. A. S.; BRITO, G. S. Ao Norte tecnologias e modalidade a distância na Educação Superior no Estado do Amazonas: em busca de uma tecnologia social para EaD. **EmRede – Revista de Educação a Distância**, v. 3, n. 1, p. 143-156, 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WE ARE SOCIAL. **Relatório Global Digital 2019.** Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 12 set 2020.

1- Wania Ribeiro Fernandes - Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas - Faculdade de Educação (Faced). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/ FACED/UFAM). Pós-Doutora em Saúde Coletiva, pelo Departamento de Saúde Coletiva (DSC) da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da Universidade de Brasília (UnB). Doutorado em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduação em Psicologia pela Faculdade de Biologia e Psicologia Maria Thereza. Lider do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD). E-mail: waniafer@gmail.com.

2- Márcio de Oliveira – Professor Adjunto na Universidade Federal do Amazonas (UFAM/ Manaus). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAM. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Mestre em Educação (PPE-UEM). Pedagogo pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do grupo de estudos NUDISEX - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual. E-mail: profmarciooliveira@ufam.edu.br.

3- Fernanda Machado Melo - Professora da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC/AM; Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pedagoga pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: fehmel09@gmail.com.

4- Jessica Fernandes Baptista - Graduanda no curso de Engenharia de Aquicultura no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), campus Presidente Figueiredo. Bolsista de Iniciação Científica com o projeto sobre “Consumo de pescado na região metropolitana de Manaus-AM, Brasil.”. Participante no Projeto de Pesquisa intitulado “Estratégias de enfrentamento de epidemias de ISTs, HIV/Aids e Hepatites Virais em população jovem”. E-mail: baptista.jessica25@gmail.com.

5- Ana Valéria Machado Mendonça - Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UNB) Pós-doutora em Comunicação em Saúde, pelo Centre de Recherche sur la Communication et la Santé (ComSanté), da Université du Québec à Montréal (UQAM). Possui doutorado em Ciência da Informação pela UnB, mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduação em Filosofia, Jornalismo e Relações Públicas. Criou e coordena o Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde - LabECoS (2009-). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação em Comunicação em Saúde Coletiva (CNPq-Brasil). E-mail: valeriamendonca@gmail.com.

Recebido em: 26 de Janeiro de 2022

Avaliado em: 19 de Abril de 2022

Aceito em: 13 de Junho de 2022



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

